

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILMA. SRA. PREGOEIRA DESIGNADA PELA COORDENAÇÃO- GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2018
PROCESSO Nº 08001.004855/2018-49

OFICINA DA PALAVRA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.930.917/0001-83, situada no SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco E, Salas 921, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70.322-915, na Licitação, Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2018 supracitada, por seu representante legal, vem, respeitosamente, perante esta Pregoeiro, com fulcro no item 11 do presente edital e artigos 109 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 c/c com a Lei 13.303/2016, apresentar tempestivamente RECURSO ADMINISTRATIVO em face da r. decisão do Pregoeiro, que declarou habilitada a empresa PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA, requerendo digne-se V.Sa. determinar o regular processamento das inclusas razões de fato e de direito abaixo.

1 – DA TEMPESTIVIDADE

Declarado os vencedores de cada item não agrupado/Grupo e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, foi concedido o prazo, pelo pregoeiro para manifestação da intenção de recorrer pelas licitantes.

Tempestivamente a recorrente manifestou interesse na interposição de recurso de forma motivada. Verificada a tempestividade e a existência de motivação para intenção de recorrer, o Pregoeiro admitiu a interposição de recurso.

Desta forma, considerando que o prazo para interposição de recurso é de 3 (três) dias, conforme item 11.2.3 do Edital, a contar do primeiro dia útil seguinte à admissão do recurso, ou seja, 17/12/2018, o prazo final é dia 19/12/2018.

Nestes termos, tempestivas as razões recursais interpostas na presente data.

2 – DAS RAZÕES RECURSAIS

O Ministério da Justiça, por intermédio de Pregoeiro designado pela Portaria nº 88, de 18 de abril de 2018, da Coordenação- Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração, divulgou a realização de Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônico, do tipo menor preço, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de clipping, auditoria de imagem, media training, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas.

A Licitação foi dividida em lotes de itens não agrupados e grupos.

A recorrente, na qualidade de empresa especializada na prestação dos serviços objeto do presente edital, credenciou-se e encaminhou a proposta nos termos exigidos pelo Edital, para o item 3 não agrupado.

Juntamente com a recorrente, participaram do certame, com interesse no Item 3 – Media Training, as seguintes empresas: APPROACH COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA; PARTNERS COMUNICACAO INTEGRADA LTDA; JHE COMUNICAÇÃO LTDA; e CLIP E CLIPPING LTDA.

Encerrada a etapa de lances, as empresas foram assim classificadas conforme os lances oferecidos: 1º JHE COMUNICAÇÃO - VALOR OFERTADO: R\$89.080,00; 2º PARTNERS COMUNICAÇÃO - VALOR OFERTADO: R\$89.090,00; 3º OFICINA DA PALAVRA - VALOR OFERTADO: R\$95.322,00; 4º APPROACH COMUNICAÇÃO - VALOR OFERTADO: 149.300,00; 5º CLIP E CLIPPING - VALOR OFERTADO: R\$153.000,00.

Declarada arrematante, a empresa JHE COMUNICAÇÃO foi chamada a apresentar a documentação de habilitação segundo as exigências previstas no Edital. Apresentada, tempestivamente, a empresa foi declarada inabilitada, em virtude do desatendimento ao item 8.8.5 do Edital, visto que a empresa apresenta objeto social incompatível com os itens licitados.

Ato contínuo, o pregoeiro chamou a segunda colocada para apresentação da documentação de habilitação. Após análise, a empresa PARTNERS COMUNICACÃO foi declarada aceita e habilitada pelo pregoeiro.

Não obstante o zelo habitual no trato da coisa pública por este Pregoeiro, algumas questões de extrema importância passaram despercebidas por ocasião da análise dos documentos de habilitação, que, a nosso ver, alteram o resultado apresentado, conforme razões abaixo expostas.

2.1. DOS ATESTADOS APRESENTADOS PELA LICITANTE PARTNERS

O Edital previa em seu item 8.8 que as empresas deveriam apresentar, no momento da habilitação, entre outros, os documentos de qualificação técnica. Segundo os subitens do item supramencionado, a comprovação de capacidade técnico-operacional deveria ser realizada mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade

técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto do pregão.

O Edital explicitava ainda que é considerado como pertinente e compatível a comprovação da prestação dos serviços, por meio de atestados, nos termos descritos na tabela do item 8.8.1.1.

Para comprovação de capacidade técnico-operacional do item não agrupado 3 – Media Training, o atestado necessitava comprovar o “fornecimento de 1 treinamento de porta-voz, com carga horária mínima de 4h, com simulação de entrevistas e laboratório de fonoaudiologia”.

Veja então que para devida comprovação o atestado de capacidade técnica necessitava observar três requisitos: 1- Treinamento de porta-voz com carga horária mínima de 4h; 2- Simulação de Entrevistas; e 3- Laboratório de fonoaudiologia.

Ocorre que, os atestados apresentados pela Licitante Partners não atenderam a todas as exigências previstas no Edital, supramencionadas.

A Licitante apresentou 3 (três) atestados.

O Primeiro, do Ministério do Trabalho, atestou que a empresa Partners presta “serviço técnicos especializados e de suporte às atividades de assessoramento em comunicação, assessoria de imprensa, comunicação digital e relações públicas, para auxiliar na execução das políticas, estratégias e ações de comunicação institucional do Ministério do Trabalho”. O Atestado especifica ainda, entre outros, o seguinte serviço: “Capacitação de fontes: evento de capacitação o ministro de Estado para fornecer informação e garantir interação produtiva com a imprensa e outros públicos. Contratação de palestrante com curso superior e mínimo de 10 (dez) anos de atuação em veículos de comunicação”.

Embora tal atestado especifique o serviço de evento de capacitação ligado à interação com a mídia, importante ressaltar que não menciona a quantidade mínima de 4h prevista no Edital, primeiro erro. Além disso, o atestado especifica a equipe utilizada para a prestação dos serviços e em nenhum momento consta a participação de profissional de fonoaudiologia, segundo erro. Ademais, o atestado em momento nenhum prevê a realização de simulação de entrevistas, terceiro erro.

Desta forma, o Atestado do Ministério do Trabalho não está apto a atender às exigências do Edital, não comprovando, nem mesmo, as 4h de treinamento de porta-voz, tampouco as demais exigências.

O segundo atestado foi emitido pela ABRASEL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES, atestando que a licitante lhe prestou serviços, entre outros não relevantes no momento, “Media training para 30 executivos, com carga horária de 16 horas/aula”. De fato, o presente atestado comprovou a execução de treinamentos com carga horária superior ao mínimo exigido no edital, no entanto, em nenhum momento comprova a execução de Simulação de Entrevistas Laboratório de fonoaudiologia.

Além disso, o atestado descreve que para prestação dos serviços foram utilizados profissionais de assessoria de imprensa, relações públicas, revisão de texto, programação visual, webdesigner e edição de arte. Assim, fica evidente que o último requisito, referente ao laboratório de fonoaudiologia não foi realizado no treinamento, tendo em vista a inexistência de profissional apto para tal.

O terceiro e último atestado apresentado foi formulado pela ARTE DE ARRUMAR LTDA.ME, que atestou que a PARTNERS foi a responsável por ministrar o curso de Media Training para um dos clientes da atestante em 4 sessões distintas. Neste caso, evidenciamos que, embora o atestado preveja “domínio dos recursos da fala”, “a fala: modulação, pausa, intensidade, articulação, ressonância, ênfase e vogais”, entre outras, em nenhum momento cita a participação de profissional de fonoaudiologia.

Ora, é cediço que embora tais treinamentos abordem a fala, dicção, entre outros, nem sempre tais treinamentos contam com especialista em fonoaudiologia.

Desta forma, tendo em vista que o atestado não apresenta comprovação de que realizou “LABORATÓRIO DE FONOAUDIOLOGIA”, não é possível presumir que tal serviço tenha sido realizado. Além disso, pelo princípio da isonomia, não é razoável presumir a capacidade técnica de eventual licitante, enquanto os demais, de fato, executaram o serviço e apresentarão em momento oportuno a comprovação.

Ademais, convém ressaltar que embora o Pregoeiro tenha realizado diligências em relação aos atestados da PARTNERS, estas foram apenas no sentido de verificar a veracidade dos documentos, o que não supriu os vícios constantes nos documentos.

Desta forma, ante o exposto e em conformidade com o direito, a seguir delimitado, requer a desconsideração dos atestados apresentados pela licitante Partners em virtude do não atendimento às regras específicas editalícias, bem como a inabilitação da mencionada.

2.2. DA NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO EDITAL

O Edital previa em seu item 10.2 que a Proposta final encaminhada pelo licitante declarado vencedor deveria observar o ANEXO I-D do Termo de Referência.

Referido anexo definia, em seu item 8, que a licitante deveria apresentar “declaração de que cumprirá todos os prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos”. Tanto é que tal obrigação foi cumprida pelos licitantes com a apresentação da declaração no corpo da proposta comercial ou a parte, em documento autônomo.

Ocorre que a licitante Partners não apresentou a declaração exigida no Edital. Sabe-se que a ausência de apresentação, no momento oportuno, de qualquer documento de habilitação deve gerar, consequentemente, a inabilitação da licitante.

Além disso, a licitante deveria apresentar, na proposta comercial, uma modalidade de garantia, segundo o item 5 do Anexo I-D, o que também não fez, apresentando a informação “não aplicável”.

Desta forma, considerando a inobservância a requisitos explícitos no Edital, correta seria a devida inabilitação da licitante, tendo em vista a não apresentação de documentos em conformidade com seu instrumento convocatório.

3 – DO DIREITO

Os procedimentos licitatórios possuem princípios basilares que são imprescindíveis para sua validação. A Lei 8.666/1993, em seu artigo 3º, definiu que a licitação destina-se a garantir a observância ao princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O princípio da igualdade define que a Administração deve dar tratamento igual a todos interessados, condição essencial para garantia da competição em licitações. Por sua

vez, o princípio da vinculação ao edital disciplina que todo processo de licitação deverá seguir seu Edital, documento fundamental que constitui lei entre as partes. Abaixo à legislação pertinente à matéria, o Edital se sobressai, estabelecendo regras específicas e peculiares a cada licitação, devendo a Administração permanecer estritamente vinculada ao referido documento e condições nele estabelecidas.

Conforme ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, "nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu". (Meirelles, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 14 ed., São Paulo: Malheiros, 2007)

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório em conjunto com o da isonomia visam proteger os procedimentos licitatórios de situações que afastem a administração das exigências fixadas nos editais. A administração deve abster-se de aceitar documentos com características diferentes das já especificadas.

Ora, a aceitação de documentos em descumprimento à exigência expressa do Edital, bem como aceitação de informações em desconformidade com o Edital eivam o procedimento licitatório de vícios insanáveis.

Ademais disso, a administração deve seguir aos ditames do princípio do julgamento objetivo, que determina que o administrador deve observar critérios objetivos, definidos no ato convocatório para julgamento da documentação e das propostas, afastando a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração. (Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.)

Aceitar atestados em desconformidade com as exigências do Edital, pressupondo a realização de determinado serviço é afastar-se da proteção do referido princípio.

A desobediência aos princípios basilares do processo licitatório compromete a validade do procedimento como um todo. Neste aspecto, o Tribunal de Contas da União já se manifestou por inúmeras vezes quanto à nulidade do certame nos casos em que houver desobediência às diretrizes fundamentais das licitações:

"A violação de princípios básicos da razoabilidade, da economicidade, da legalidade e da moralidade administrativa, e a desobediência às diretrizes fundamentais da licitação pública, no caso, a isonomia entre licitantes, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório, bem como o caráter competitivo do certame constituem vícios insanáveis que ensejam a fixação de prazo para exato cumprimento da lei, no sentido de declarar a nulidade do certame. (TCU. Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara)"

No caso em tela, tanto a aceitação de atestados em desconformidade com as exigências do Edital, como a não apresentação de informações solicitadas, em benefício de um licitante, gera o tratamento desigual para com os demais, afastando a Administração do dever de vinculação ao Edital bem como ao dever de julgar objetivamente os documentos apresentados pelas licitantes, motivo pelo qual, entendemos que o julgamento publicado por este Pregoeiro deve ser revisado.

4- DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, e, com a certeza da eficiência e imparcialidade com que Pregoeiro vem prestando seu papel no presente certame, a recorrente requer:

- a) O recebimento e processamento do presente recurso;
- b) A desconsideração dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa Partners tendo em vista que não atendem a todas exigências previstas no edital e a consequente inabilitação da licitante;
- c) A inabilitação da licitante Partners em virtude da não apresenta de declaração e informação previstas no Anexo I-D do Edital.

Termos em que,

Requer Deferimento.

Brasília, 19 de dezembro de 2018.

OFICINA DA PALAVRA LTDA

Fechar